



Juventude: Vidas pela Vida!

Pastorais da Juventude **CONTRA** a redução da maioridade penal

Semana da Cidadania 14 a 21 de abril de 2013

Realização: **Pastorais da Juventude do Brasil**



Créditos:

Organização do subsídio: Pastorais da Juventude do Brasil

Elaboração do conteúdo: Claudia Santos da Silva, Daniely Barbosa, Deisy Rocha Farias, Giovanna Costa, Guilherme Monteiro Cerqueira, Janaina Dantas Sales, Joaquim Alberto Andrade Silva, Matheus Fernandes da Silva, Paula Cervelin Grassi e Thiesco Crisóstomo.

Parceria: Instituto de Pastoral de Juventude Leste 2

Criação de projeto gráfico e diagramação:

Sumário

- O que é a Semana da Cidadania?
- Atividades Permanentes 2013
- Apresentação
- Como organizar a Semana da Cidadania
- Segurança Pública
- Políticas Públicas para a Juventude, Estatuto da Juventude e participação em Conselhos
- A Juventude quer viver
- Anexos
- Contatos



**O que é a
Semana da
Cidadania?**

O que é a Semana da Cidadania?

A Semana da Cidadania (SdC) ocorre todos os anos, desde 1996 durante os dias 14 a 21 de abril e enfatiza a dimensão sociopolítica como parte do processo de formação integral promovido pelas Pastorais da Juventude do Brasil, juntamente com os Centros e Institutos de Juventude, sendo uma de suas três **Atividades Permanentes** e atividade oficial da Igreja no Brasil.

É uma ação do discipulado missionário de milhares de grupos de jovens e militantes organizados como Igreja nas comunidades, nas escolas, nos meios populares e nas comunidades rurais. É o exercício do anúncio evangélico de vida plena; anúncio engajado na realidade concreta dos sujeitos jovens, comprometido com a reparação das injustiças e com a construção da igualdade social, como sinais do Reino de Deus.

O que é Cidadania?

A palavra cidadania, vinda do latim *civitas* (cidade), já está bem incorporada em nosso vocabulário. Ela é usada para designar uma cidadania formal, isto é, pertencimento a um território, nacionalidade (somos cidadãos/ãs brasileiros/as); ou para se referir ao conjunto de direitos (civis, políticos, sociais) de cada pessoa/grupo. A concepção mais comum de cidadania é, portanto, o conjunto de direitos da pessoa que vive em sociedade. Mais do que isso, a cidadania é o exercício desses direitos, culminando em participação plena na vida social. Fala-se também em deveres, para se referir às implicações e responsabilidades da vida em sociedade. A cidadania pode ser entendida também como um processo longo e permanente de conquista de direitos. É só lembrarmos que, quando surgiu a ideia de cidadania

(ainda na Idade Antiga), somente homens, proprietários de terras e adultos eram considerados cidadãos.

Foram necessários muitos séculos para que mulheres, pobres, estrangeiros, crianças e jovens acessassem os mesmos direitos, mesmo que só formalmente. Está ainda em curso a história de construção e ampliação desses direitos a toda população, no Brasil e no mundo. E a participação popular foi sempre decisiva para a ampliação e o acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Por isso, é importante lembrar que a cidadania plena só se realizará se for combinada com democracia, direitos, igualdade social, justiça e participação popular. Em nossa história notamos o avanço considerável de acesso aos direitos, graças às lutas dos movimentos sociais, das Igrejas e dos diversos grupos, mas, sobretudo por causa das desigualdades sociais, ainda temos muito que fazer para que nossa cidadania não seja apenas formal, mas efetiva/substantiva, isto é, para que todos/as possam exercer plenamente seus direitos, para que os direitos conquistados não sejam retirados e para que todos/as tenham vida plena.

Para que realizar a Semana da Cidadania?

É o caráter permanente da construção de nossa cidadania que faz com que a SdC seja sempre tão importante. Ela não é uma semana para exercermos a cidadania, pois esta, como vimos, é vivida e construída no cotidiano. Ela é um evento, dentro de um processo, que nos ajuda a:

- Fazer memória e celebrar a luta histórica dos jovens e de todo o povo na construção dos direitos;
- Fortalecer/organizar o processo de luta pela garantia de direitos, articulando forças com outros grupos, movimentos, Igrejas, em

torno do projeto de sociedade que sonhamos e em defesa da vida dos/as jovens;

- Debater com os/as jovens os temas da cidadania, dos direitos, sobretudo os que dizem respeito à vida da juventude, por meio de atividades de formação, mobilização, campanhas, etc.;
- Dialogar com o poder público e outros órgãos e instituições em vista da efetivação de direitos juvenis e de políticas públicas para este público.

A Semana da Cidadania constitui parte de nosso compromisso apostólico de anunciar e construir vida plena. É um espaço para a convocação de novos grupos de jovens e para despertar para a vida comunitária e é nossa oportunidade, como jovens, de compor a história da construção dos nossos direitos.



Atividades Permanentes 2013

Atividades Permanentes 2013

Todos os anos as Pastorais da Juventude realizam três Atividades Permanentes, que são parte de sua ação no cuidado com a vida da juventude, ao modo de Jesus de Nazaré, e do processo de formação integral que desenvolvem com os/as sujeitos jovens. A Semana da Cidadania (SdC), a Semana do Estudante (SdE) e o Dia Nacional da Juventude (DNJ) são realizadas como um processo, por isso são organizadas a partir do planejamento das ações das Pastorais no ano e têm os/as jovens como protagonistas. Sendo que a partir de 2011, o DNJ é realizado em parceria com as diversas expressões de juventude da Igreja do Brasil.

São realizadas em sintonia com a Campanha da Fraternidade, com o Documento 85 da CNBB – Evangelização da Juventude e com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil.

Para o triênio 2012-2014 as Atividades Permanentes terão como eixo norteador a expressão: **A defesa da vida na construção da Civilização do Amor**. Dialogando também com a Campanha Nacional contra a violência e o extermínio de jovens e com o Projeto de Revitalização da Pastoral Juvenil na América Latina.

Em 2013, ano que a Igreja celebra os 50 anos de abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II e o Ano da Fé e ainda no Brasil teremos um ano voltado para a temática juvenil, com a realização da Campanha da Fraternidade sobre juventude e a JMJ no Brasil, sendo assim não nos faltam razões para caminhar juntos.

Dentro da ação pastoral com jovens no Brasil e na América Latina o caminho nos direciona para o lugar bíblico de Betânia, lugar de acolhimento e compromisso com o Reino e é com esta certeza que procuramos nas Atividades Permanentes deste ano várias formas de estar com Jesus, de caminhar com Ele na construção do Reino. Neste

caso, encontrar e caminhar com Ele é também encontrar com a comunidade, com o grupo, com a família, com a cultura, com a religião, com as dores do povo, do planeta, com as lutas, as conquistas e os sonhos dos/as jovens.

Seguem abaixo as informações gerais sobre cada Atividade Permanente:

Semana da Cidadania

Realização: 14 a 21 de abril de 2013

Tema: Juventude: vidas pela vida.

Lema: Pastorais da Juventude contra a redução da maioridade penal.

A defesa da vida da juventude sempre foi pauta dos trabalhos e ações desenvolvidas pelas Pastorais da Juventude, por isso, neste ano em que a Campanha da Fraternidade trabalhou como tema: Fraternidade e Juventude queremos evidenciar ainda mais a defesa da vida, dizendo não à redução da maioridade penal, por entendermos que esta mudança na lei permitirá que mais vidas sejam comprometidas em sua formação integral.

A sociedade, por conta do aumento da participação de adolescentes e jovens em delitos e crimes noticiados diariamente acaba por acreditar que esta proposta responderá a este problema social. Porém, entendemos que somente com a efetivação das políticas públicas, melhorias no acesso à educação, à saúde, ao emprego, ao lazer, etc, permitirão a mudança tão sonhada nos índices de criminalidade que envolve a juventude. Seguindo ao Cristo Jovem, que não temeu os doutores da Lei, também nós, jovens das Pastorais da Juventude, não tememos em dizer que **somos contra a redução da maioridade penal.**

Semana do Estudante

Realização: 5 a 11 de agosto de 2013

Tema: Juventude e Educação

Lema: Juventude do campo e da cidade, na luta pela educação que queremos.

Dia Nacional da Juventude

Realização: 27 de outubro de 2013

Tema: Juventude e missão

Lema: Jovem: levante-se, seja fermento!

Iluminação: "Quanto a você, arregace as suas mangas, levanta-se e diga a eles tudo que eu mandar. Não tenha medo" (Jr 1,17b).

Apresentação

Queridos Irmãos!

Abram seus corações para acolher um novo jeito de ser Igreja!

Nunca mais o nosso país terá 56 milhões de jovens. Podemos dizer que estamos vivendo um ano da graça de Deus.

A Semana da Cidadania (SdC) é uma grande oportunidade que as Pastorais da Juventude oferecem a toda sociedade para discutir questões que exigem de nós uma grande reflexão. Todos os anos somos provocados pelas PJs a olhar determinado cenário da realidade juvenil. Esse 2013, o tema: “Juventude: vidas pela vida” a SdC chama a nossa atenção para o cenário de morte que têm atormentado os nossos jovens.

O clamor dos jovens é forte. Como podemos nos alegrar?

Como podemos nos alegrar se a maioria das penitenciárias é um depósito de jovens?

Como podemos nos alegrar se o índice de mortalidade juvenil aumenta a cada dia?

Como podemos nos alegrar se o número de jovens desempregados ainda continua?

Como podemos nos alegrar se a educação de qualidade é para uma minoria de nossa sociedade?

Como podemos nos alegrar se as políticas públicas não atendem a maioria da população jovem?

Como podemos nos alegrar se em vez de aumentar a idade penal querem diminuir?

Como podemos nos alegrar se milhões de jovens estão no mundo das drogas?

Como podemos nos alegrar?

A partir dessa reflexão, podemos encontrar no Evangelho de

Mateus 25,31-46, no último discurso da vida pública de Jesus, a seguinte afirmação: “Estive preso e me fostes visitar. Estive com fome e me destes de comer! Estava nu e não me vestistes!”.

Hoje Jesus continua dizendo: estive sem estude e me destes de estudar! Estive drogado e me ajudaste a recuperar! Estive sem trabalho e me deste emprego! Estava à beira da morte e me ajudaste a viver!

CIDADANIA! Uma palavra bonita, mas distante da compreensão e vivências de muitos brasileiros. Cidadania é dever de todos nós, principalmente do cristão consciente. Se praticarmos a cidadania ações de políticas públicas para adolescentes e jovens surgirão e assim poderemos sonhar com um novo céu e uma nova terra.

Desejamos a todos e a todas que ter em mãos esse material e levar para todos os cantos (escolas, universidades, família, Igreja, ruas, bairros, etc.) motivando as pessoas, em especial a juventude, a conhecer e viver cada passo proposto pelas Pastorais da Juventude da Igreja do Brasil.

Ótima Semana da Cidadania a todos e a todas.

*Pe Antonio Ramos do Prado,sdb
Assessor para a Comissão Episcopal
Pastoral para a Juventude da CNBB*

Como Organizar a Semana da Cidadania?

A Semana da Cidadania (SdC) pode ser realizada de muitas formas, por muitos modelos de grupos e coletivos. O tema proposto é sempre relacionado à vida dos/as jovens em suas diversas realidades. Por meio do subsídio, as Pastorais da Juventude apresentam o tema e sua reflexão. Este subsídio propõe alguns modos de abordagem e questões, dados e ideias sobre a temática para o debate e a ação dos grupos. Ele nos ajuda a entender melhor alguns aspectos e pode ser usado em conjunto com outros materiais aos quais tenhamos acesso e com as informações que já sabemos.

Para que a SdC cumpra seus objetivos e seja oportunidade de formação e mobilização, é necessário planejar com antecedência e cuidar das atividades. Podemos começar pelo estudo deste material e de outros que possam nos inteirar do assunto proposto, organizar e constituir parcerias, planejar, realizar e avaliar as atividades e ações.

Compreendendo que a SdC é realizada por muitos tipos de grupos, o subsídio foi preparado de modo a favorecer a realização de diferentes tipos de atividades. As atividades da SdC podem e devem acontecer em diversos espaços da sociedade: igrejas, praças, escolas, ruas, câmaras, sindicatos, comunidades rurais, acampamentos, etc. O importante é ter criatividade tanto na atividade a ser realizada como onde realizá-la. Para cada um dos temas abordados, dentro da temática central da SdC, são apresentados: um texto de aprofundamento, um referencial bíblico, sugestão de dinâmicas e indicação de subsídios (filmes, músicas, poesias). Assim, temos em mãos um conjunto de possibilidades que podem ser montadas e usadas da maneira que melhor atender às expectativas e necessidades dos grupos. Abaixo, sugerimos algumas atividades para realizar a SdC.

Sugestões de atividades:

- Rodas de Conversa;
- Reuniões/encontros para debate das temáticas;
- Plenárias;
- Palestras;
- Pesquisas sobre temáticas relacionadas;
- Seminários;
- Oficinas;
- Campanhas ou apoio às Campanhas já existentes relacionadas às temáticas;
- Feiras;
- Painéis;
- Tardes de Formação;
- Ofício Divino da Juventude;
- Audiências Públicas;
- Conversas com profissionais relacionados ao tema;
- Pesquisas sobre a proposta da mudança da lei sobre a redução da maioridade penal;
- Visita às entidades que trabalham ou estudam temáticas diretamente ligadas à temática da SdC;
- Panfletagem;
- Passeatas ou Marchas;
- Cine-Fórum;
- Gincanas;
- Propor e realizar ações em sintonia com a Campanha da Fraternidade 2013;
- Seções solenes nas Câmaras Municipais e/ou Assembleias Legislativas;
- Criação e divulgação de pequenos filmes na internet;

- Criação e divulgação de textos, poemas, jornais, teatros, etc;
- Elaboração de paródias e/ou músicas;
- Criação de jogos;
- Visitas nas escolas;
- Acampamentos;
- Celebrações;
- Festivais.



Segurança Pública

Segurança Pública

“Então a terra dará o seu fruto, e vocês comerão até fartar-se e ali viverão em segurança”.

(Levítico 25, 19)

Do que estamos falando?

A violência cresce a cada dia em nosso país e vem tomando conta de norte a sul do Brasil, assustando as pessoas, trazendo o sentimento de insegurança.

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo e um sistema prisional superlotado. O sistema prisional passa por uma crise marcada por rebeliões e fugas de presos. Estas ações podem ser enxergadas como uma resposta e, ao mesmo tempo, um alerta para as autoridades sobre as condições desumanas a que são submetidos os presidiários apesar da legislação protetiva existente.

Um dos problemas enfrentados em todo Brasil é a superlotação das celas. A superlotação, aliada à precariedade e à insalubridade, tornam as prisões um ambiente propício para a proliferação de doenças.

Gostaríamos de convidar, nessa SdC, seu grupo a discutir sobre segurança pública, focando nos diversos problemas do sistema penitenciário do país.

Para trabalhar o tema:

1. Texto de Apoio

“Uma realidade que golpeia a todos os setores da população, mas principalmente o mais pobre, é a violência produto das injustiças e outros males que durante longos anos está sendo semeado nas

comunidades. Isto induz a uma maior criminalidade e, por fim, a que sejam muitas as pessoas que tem que cumprir penas em recintos penitenciários desumanos, caracterizados pelo comércio de armas, drogas, aglomeração, torturas, ausência de programas de reabilitação, crime organizado que impede um processo de reeducação e de inserção na vida produtiva da sociedade. No momento atual, os cárceres são com frequência, lamentavelmente, escolas para aprender a delinquir” (DA, n. 427).

O trecho retirado do Documento de Aparecida nos traz, em poucas linhas, a dura realidade do sistema prisional brasileiro. Vamos nos aprofundar um pouco mais sobre o assunto.

Atrás das Grades

Dez milhões de pessoas – é o número aproximado de adultos privados de liberdade no mundo. Hoje, os quatro países que mais encarceram no mundo são os Estados Unidos (com 2,2 milhões de pessoas presas), China (1,6 milhões), Rússia (731 mil) e Brasil (514 mil).

O sociólogo LoïcWacquant afirma que o modelo de encarceramento em massa utilizado no mundo é originário dos Estados Unidos e está inserido no processo de aprofundamento das desigualdades geradas pelo sistema capitalista neoliberal. O sistema prisional se torna mais extenso e povoado assim quanto mais restrito for o acesso aos direitos sociais básicos. Desta maneira, as pessoas que habitam o sistema prisional são aquelas mais vulneráveis à relativização de direitos sociais.

No Brasil, em continuidade ao papel histórico do Estado brasileiro de massacre às populações mais vulneráveis, são, ainda hoje, os jovens negros e pobres que povoam o sistema carcerário.

Cerca de 80% da população carcerária brasileira está presa por

crime contra o patrimônio ou por crime de tráfico de entorpecentes; 55% têm menos do que 29 anos; mais de 60% é negra; aproximadamente 90% sequer concluiu o ensino médio. Estes números apontam para um sistema profundamente seletivo, no qual as condutas ilegais cometidas pelas camadas sociais mais altas são toleradas ou amenizadas, ao passo que as condutas ilegais ligadas às necessidades das camadas mais pobres são perseguidas com máximo rigor.

O Brasil apresenta a mais elevada taxa do mundo de crescimento da população prisional e as autoridades brasileiras, de forma cada vez menos despuorada, defendem o modelo privado do sistema prisional e acenam com propostas de expansão do número de unidades prisionais. Nesse sentido, o Governo Federal lançou, no final de 2011, o “Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional” com o aporte de 1 bilhão e 100 milhões de reais para a construção de novas unidades prisionais em todo o país (a meta do plano é a construção de 42,5 mil novas vagas).

O expansivo sistema prisional, além de instrumento do neoliberalismo, é também forma mercadoria por meio da privatização do sistema prisional, com a exploração das atividades de construção e de administração de presídios e ainda da mão de obra disciplinada da vulnerável população carcerária.

A luta contra a prisão e contra o encarceramento em massa é, além de uma luta humanista, uma luta anticapitalista e antineoliberalismo. Prisões superlotadas são um dos principais problemas no Brasil na área de direitos humanos.

Pela lei brasileira, cada preso tem que ter no mínimo seis metros quadrados de espaço (na unidade prisional). No entanto, não é difícil encontrar situações em que cada um tenha apenas 70 cm quadrados disponíveis.

A superlotação é inconstitucional e causa torturas físicas e psicológicas. Durante a CPI do Sistema Carcerário, em 2008, situações

diversas foram constatadas: presos que dormiam junto com porcos, no Mato Grosso do Sul, e em meio a esgoto e ratos, no Rio Grande do Sul. No verão, o calor é insuportável e no inverno, muito frio. Pessoas que fazem suas necessidades fisiológicas com mais 49 presos, na mesma cela, observando ou ainda, ter o vaso sanitário como único local disponível para dormir.

Em São Paulo, algumas unidades prisionais funcionam com o triplo de sua capacidade. Em algumas delas, os presos tem de se revezar para dormir, pois não há espaço na cela para que todos se deitem ao mesmo tempo. Denúncias relatam falta de atendimento médico, há racionamento de produtos de higiene, roupas e remédios.

O déficit de vagas não é o único abuso de direitos humanos. Em todo país existem denúncias de agressões físicas e até mesmo torturas contra detentos praticadas por outros presos e por agentes penitenciários. O número de mortes de detentos nos sistemas prisionais não é divulgado pelos Estados.

Segundo dados de um levantamento da Pastoral Carcerária, a maior parte da população prisional tem baixa escolaridade, é formada por negros ou pardos, não possuía emprego formal e é usuária de drogas.

Fala-se no emprego de detentos em obras públicas e em estímulo para que estudem durante a permanência na prisão como uma possível solução para reduzir a população carcerária. A legislação já permite que a cada três dias de trabalho, um dia seja reduzido da pena total. Nem todos os governos estaduais exploram essa possibilidade.

O mundo encarcerado é o mundo dos injustiçados! A mudança desse quadro depende da organização política daqueles e daquelas que sofrem com as inúmeras injustiças praticadas cotidianamente. Cabe a nós a difícil tarefa de tentar vencer a política do encarceramento em massa.

2. Sugestões Bíblicas

- Daniel 3,21 ou Lucas 4,18-19

A Igreja, comunidade de fé viva, faz suas as palavras do profeta Isaías e de Jesus, e, a partir da sua realidade, sente-se enviada, pela força do Espírito, a libertar os que sofrem e os privados de liberdade.

A Igreja – Povo de Deus – prestará sua ajuda aos desvalidos de qualquer tipo e meio social, para que conheçam seus próprios direitos e saibam fazer uso deles (Medellín 1,20).

Nossa missão é ser Profético, denunciando todo e qualquer desrespeito à dignidade da pessoa humana e anunciando aos presos a boa nova do Reino. Estes são verdadeiros desafios para todos aqueles que buscam ser discípulos e missionários de Jesus Cristo no mundo do cárcere. São perguntas incômodas como estas que nos fazem lembrar que Deus, por força de sua gratuidade, primeiro, escolheu revelar-se aos pobres (Mt11,25-26), pois os desprezados deste mundo são os preferidos pelo amor de Deus na revelação.

3. Sugestão de Dinâmica

Júri Simulado

Objetivos: estudar e debater o tema, levando todos os participantes do grupo se envolver e tomar uma posição. Exercitar a expressão e o raciocínio. Desenvolver o senso crítico.

Participantes (Funções):

- Juiz: Dirige e coordena o andamento do júri.
- Advogado de acusação: Formula as acusações contra o

Sistema Carcerário.

- Advogado de defesa: Defende o Sistema Carcerário atual e responde às acusações formuladas pelo advogado de acusação.
- Testemunhas: Falam a favor ou contra, de acordo com o que tiver sido combinado, pondo em evidência as contradições e enfatizando os argumentos fundamentais.
- Corpo de Jurados: Ouve todo o processo e a seguir vota: Eficiente ou Ineficiente. A quantidade do corpo de jurados deve ser um número ímpar de pessoas (3, 5 ou 7).
- Público: Dividido em dois grupos da defesa e da acusação, ajudam seus advogados a prepararem os argumentos para acusação ou defesa. Durante o júri, acompanham em silêncio.

Passos:

- 1- Coordenador apresenta o assunto e a questão a ser trabalhada.
- 2- Orientação para os participantes.
- 3- Preparação para o júri.
- 4- Juiz abre a sessão.
- 5- Advogado de acusação (promotor) acusa Sistema Carcerário Atual.
- 6- Advogado de defesa defende o Sistema Carcerário Atual.
- 7- Advogado de acusação toma a palavra e continua a acusação.
- 8- Intervenção de testemunhas, uma de acusação.
- 9- Advogado de defesa retoma a defesa.
- 10- Intervenção da testemunha de defesa.
- 11- Jurados decidem a sentença, junto com o juiz.
- 12- O público avalia o debate entre os advogados, destacando o que foi bom, o que faltou.
- 13- Leitura e justificativa da sentença pelo juiz.

Avaliação: Que proveito tiramos da dinâmica? O que mais nos agradou? Como nos sentimos?

4. Sugestões de filmes

A Fábrica

Um presidiário convence sua mãe a arriscar a própria segurança para levar um aparelho celular para ele dentro da penitenciária.

grafoaudiovisual.com/movie/a-fabrica/

Justiça

O cotidiano de um Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro: entre os personagens, há os que trabalham ali diariamente (juízes, promotores) e os que estão apenas de passagem (réus).

"Segurança Pública: O que eu tenho a ver com isso?"

É o quinto filme da série Segurança Nota 10 dirigido por Lao de Andrade com roteiro de Thiago Carvalho. A obra mostra como projetos sociais voltados para a juventude e moradores de periferias podem transformar a realidade dos moradores afastando-os da criminalidade.

Carandiru

Um médico (Luiz Carlos Vasconcelos) se oferece para realizar um trabalho de prevenção a AIDS no maior presídio da América Latina, o Carandiru. Lá ele convive com a realidade atrás das grades, que inclui violência, superlotação das celas e instalações precárias. Porém, apesar de todos os problemas, o médico logo percebe que os prisioneiros não são figuras demoníacas, existindo dentro da prisão solidariedade, organização e uma grande vontade de viver.

Documentário "Entre a Luz e Sombra"

Ao longo de sete anos, a partir de 2000, são acompanhados os passos da dupla de rappers 509-E, formada por Dexter e Afro-X dentro do Carandiru; da atriz Sophie Bisilliat, que dedica sua vida para humanizar o sistema carcerário; e um juiz que acredita em um meio de ressocialização mais digno para os encarcerados.

5. Sugestão de música

Dias Melhores (Jota Quest)

Vivemos esperando

Dias melhores

Dias de paz, dias a mais

Dias que não deixaremos

Para trás

Oh! Oh! Oh! Oh!...

Vivemos esperando

O dia em que

Seremos melhores

(Melhores! Melhores!)

Melhores no amor

Melhores na dor

Melhores em tudo

Oh! Oh! Oh!...

Vivemos esperando

O dia em que seremos

Para sempre

Vivemos esperando
Oh! Oh! Oh!
Dias melhores prá sempre
Dias melhores prá sempre
(Prá sempre!)

6. Sugestões de leitura

População carcerária cresceu 6,8% em seis meses

carceraria.org.br/populacao-carceraria-cresceu-68-em-seis-meses.html

O Sistema Penitenciário no contexto da Segurança Pública

www2.forumseguranca.org.br/node/22279

A situação do sistema penitenciário brasileiro à luz dos direitos e garantias fundamentais

www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=7031

Brasil tem quarta maior população carcerária do mundo

ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-05-29/brasil-tem-quarta-maior-populacao-carceraria-do-mundo.html



**Políticas Públicas
para a Juventude.
Estatuto da Juventude e
participação em Conselhos**

Políticas Públicas para a Juventude, Estatuto da Juventude e participação em Conselhos

*Transformar a realidade,
garantir direitos à juventude!*

Do que estamos falando?

Dizem que o/a jovem não gosta de política. Isto é verdade?

O/a jovem não é um sujeito isolado do restante da sociedade. Num contexto histórico em que muitas pessoas estão desanimadas com a política, é evidente que muitos jovens também vão partilhar desse sentimento. No entanto o que é política? Nas últimas pesquisas realizadas com jovens sobre este tema é interessante notar que, ao falar de política, muitos afirmam que não gostam. Mas quando se trata do tema da participação social, a maioria acha que é muito importante. E participar não é um ato político? A palavra política está muito associada ao governo, ao partido... Se ampliarmos esta noção de política para a ideia de participação pública e coletiva, poderemos constatar que muitos/as jovens têm um forte engajamento nesta área, maior inclusive que qualquer outro segmento social.

De onde virão os novos e bons políticos? Aqueles que contribuirão para mudar os rumos da história virão da simplicidade do pequeno e paciente trabalho de formação de base. Virão das novas experiências culturais de coletivos juvenis que têm surgido pelas periferias nas grandes cidades, nos movimentos jovens do campo e dos espaços gestados dentro das escolas e comunidades; virão de jovens que aprenderam que para a utopia ser conquistada lá fora, ela precisa estar

primeiro dentro de nós.

Para trabalhar o tema:

1. Texto de apoio:

Num estado republicano (**res-pública = coisa de todos/as**), todas as políticas (ações do Estado) devem ser voltadas para os interesses de todos/as. No entanto, é preciso que haja uma **organização** para exigir que um **direito seja efetivo** por meio de **políticas**. Assim, surgem as **políticas públicas**, como necessidades reais da sociedade e construídas com a pressão e participação das forças sociais.

A trajetória das **políticas públicas de juventude**(PPJs)é a história também da pressão das organizações e grupos juvenis pelo reconhecimento da juventude como sujeito de direitos e assim, como um grupo social com interesses e necessidades específicas.

Para refletir: Quais são os direitos que devem ser assegurados para que a juventude possa viver de forma digna e plena?

A intervenção nas ruas, comunidades, escolas e no trabalho, soma-se à **mobilização institucional** junto ao poder público. Novos espaços de diálogo com o Estado brasileiro são gerados, tais como Fóruns, Conselhos e Conferências. Destaca-se neste processo de construção das políticas públicas para a juventude a criação da **Secretaria Nacional de Juventude** (SNJ) e o **Conselho Nacional de Juventude** (CONJUVE) em 2005, bem como a realização de duas **Conferências Nacionais de Juventude** (nos anos de 2008 e 2011).

O CONJUVE, como um órgão nacional de **controle social**, além de **propor diretrizes** voltadas para a promoção das políticas públicas de juventude, formula estratégias de **acompanhamento e avaliação** das ações governamentais.

Sua atuação no debate em torno da Política Nacional de Juventude estimulou a existência de **conselhos, coordenadorias e secretarias de juventude em todo o Brasil.**

Para refletir: no seu município ou estado há conselho de juventude? Como é a atuação desse órgão?

Outras iniciativas que visam assegurar e ampliar os direitos da juventude são as matérias que integram o **Marco Legal da Juventude**, uma já implementada e duas sob apreciação do Congresso Nacional. A **Emenda Constitucional 65**, que inseriu o termo "jovem" na Constituição Federal; o **Plano Nacional de Juventude**, que cria um conjunto de metas da política juvenil para serem cumpridas pela União; e o **Estatuto da Juventude**, que regulamenta os direitos da juventude e cria o Sistema Nacional de Juventude, fundo público de financiamento para ações voltadas às PPJs.

O **Estatuto da Juventude**, atualmente em tramitação no Senado Federal, é a declaração de direitos da juventude brasileira. Tem como princípio orientador, a **autonomia e a emancipação** das pessoas de 15 a 29 anos. Entre os direitos previstos estão: direito à **participação**; direito à **educação**; à **profissionalização, ao trabalho e à renda**; direito à **diversidade e à igualdade**; direito à **saúde**; direito à **cultura, à comunicação e à liberdade de expressão**; direito ao **desporto e ao lazer**; direito à **sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**; direito ao **território e à mobilidade**; direito à **segurança pública e ao acesso à justiça**.

O debate sobre o seu **conteúdo**, bem como sua **aprovação**, não para. É preciso cada vez mais que as organizações coletivas construam ainda mais estratégias de mobilização da juventude para a **garantia dos seus direitos**.

2. Sugestão de dinâmica

- Pede-se que aqueles/as que estudam em escola pública venham para a direita e os/as que estudam em escola privada venham para a esquerda.
- Depois de formado os círculos, abre-se a reflexão: quais as semelhanças e as diferenças educacionais existentes entre essas duas realidades?
- O mesmo exercício pode ser feito em relação a quem possui plano de saúde ou quem utiliza os serviços do SUS (Sistema único de Saúde). Outra dica é aos/as que possuem transporte privado (carro/moto) e aqueles/as que dependem dos transportes públicos.
- Ao final da dinâmica, abre-se o diálogo/reflexão sobre a importância das políticas públicas, sobretudo, para a juventude, como ferramenta para a mudança da realidade. É importante destacar que elas são um direito que todo cidadão possui de usufruir dos serviços públicos de qualidade e que nós devemos ser protagonistas desta luta.

3. Sugestão bíblica

- Êxodo 18, 13-27

A partir do olhar de Jetro, Moisés é chamado a descentralizar o poder de organizar o povo, formando novas lideranças que assumissem uma relação social fundada na liberdade, na dignidade.

Ao analisarmos este olhar a partir das posturas de Moisés, a que posturas devemos atentar para uma participação efetiva nos espaços de discussões de Políticas Públicas?

4. Sugestões de leituras

Cadernos Temáticos do Seminário Juventude em Pauta 2010, organizado pela Instituição “Ação Educativa”

www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/guia-de-politicas-publicas-de-juventude

Conselhos de Juventude. Fortalecendo diálogos, promovendo direitos

www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/conselhos-de-juventude-fortalecendo-dialogos-promovendo-direitos

Marco Legal da Juventude

Dentro da história recente das conquistas de direitos pela juventude existem alguns acontecimentos que se destacam a ponto de se tornar um importante passo na busca da democracia, que também podemos chamar de marco legal. A PEC da juventude, o Estatuto, o Plano e o Sistema Nacional de Juventude são leis que afirmam o que chamamos de “Marco Legal da Juventude” no Brasil. Confira no link, os demais fatos que são também considerados como “Marcos” da implantação da Política Nacional de Juventude.

www.juventude.gov.br/marcos

Guia Políticas Públicas de Juventude

Material elaborado pela SNJ sobre as políticas públicas de juventude, com orientações para sua implementação nos municípios.

www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas

5. Sugestões de vídeos

Diz Aí- Juventudes, Cidadania e Cultura

Vídeo elaborado pelo Canal Futura apresentando jovens que trabalham em ong's dialogando a partir de suas ações concretas. Diálogos sobre o que fazem, suas diferenças e identificações, fortalecendo a interconexão destes grupos e suas possibilidades de comunicação e mobilização.

www.youtube.com/watch?v=E0GsQlyJHwc

Pro dia nascer feliz

Filme que relata as situações que o adolescente brasileiro enfrenta na escola, envolvendo preconceito, precariedade, violência e esperança. Adolescentes de 3 estados, de classes sociais distintas, falam de suas vidas na escola, seus projetos e inquietações.

6. Sugestões de músicas

Baião do povo jovem(Zé Vicente)

Os punhos no ar, sonho novo
Nós somos sementes do povo
Queremos ser livres, amar!
Trazemos no peito a esperança
A história na mão, confiança
Que um dia nós vamos ganhar!

Aonde tem gente se unindo
Depressa, nós vamos sorrindo
Nós cremos no novo amanhã
Já chega de morte, injustiça!

Abaixo o egoísmo, a preguiça
Da vida nós somos os fãs!
Vamos lá! Vamos lá!

A história ninguém deterá
É rio que corre pro mar
Ninguém vai nos calar, nos calar!

Um ano pro jovem é bem pouco
Pra gente vencer o sufoco
A vida completa se dá
Escola, trabalho, alegria!
Bandeiras de todos os dias!
Na marcha, nós vamos levar!

Queremos dizer aos senhores
Políticos, nobres, doutores!
Com suas multinacionais
Não somos produto na praça
Tão pouco nós achamos graça
O fel tá amargo demais!
Vamos lá! Vamos lá!

Levante essa voz companheiro
E abra o olho ligeiro
Não fuja da luta jamais!
Em cada caminho ou na rua
Assume essa causa que é tua
Semeie as sementes da paz!
Vamos lá! Vamos lá

Que País É Esse?(Legião Urbana)

Nas favelas, no Senado

Sujeira pra todo lado

Ninguém respeita a Constituição

Mas todos acreditam no futuro da nação

Que país é esse? (3x)

No Amazonas, no Araguaia iá, iá,

Na baixada fluminense

Mato grosso, Minas Gerais e no

Nordeste tudo em paz

Na morte o meu descanso, mas o

Sangue anda solto

Manchando os papeis e documentos fieis

Ao descanso do patrão

Que país é esse? (4x)

Terceiro mundo, se foi

Piada no exterior

Mas o Brasil vai fica rico

Vamos faturar um milhão

Quando vendermos todas as almas

Dos nossos índios num leilão

Que país é esse? (4x)



**A juventude
quer viver!**

A juventude quer viver!

Motivos de ser contra a redução da maioridade penal

*“A juventude unida clamando noite e dia
Com gritos de esperança e de paz.”
(Zé Vicente)*

Do que estamos falando?

Maioridade penal é a idade que a lei brasileira define para as pessoas que podem ser presas no sistema penitenciário quando cometem delitos (crimes). Hoje esta idade é de 18 anos, a mesma idade em que assumimos a maioridade civil.

Mas e aí, não acontece nada com o adolescente que comete atos infracionais? Ele está “livre”?

É importante lembrar que quando adolescentes (12 a 17 anos) cometem algum delito (ato infracional), também recebem uma “pena”, definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como “Medida Socioeducativa”. Essas medidas são aplicadas levando em conta o tipo de ato cometido e a capacidade do/a adolescente de cumprir a medida, podendo o adolescente, inclusive ser encaminhado para um Centro de Internação, onde é possível permanecer por até três anos. As medidas têm um caráter punitivo e educativo, para que o/a adolescente possa ter a oportunidade de estabelecer um novo convívio com a sociedade.

E o que é a redução da maioridade penal?

No nosso Congresso Nacional (Câmara de Deputados Federais) existem cerca de dois projetos para alteração na Constituição Federal Brasileira, propondo a redução da idade penal, para 16 anos ou 14 anos. As propostas afirmam que a prisão dos/a adolescentes irá resolver o alto índice de violência que encontramos no país – mais uma responsabilização dos/as jovens, como se estes fossem os “culpados”

pela violência.

Acontece que se um dos projetos for aprovado, ao cometer um ato infracional, o/a adolescente passa a responder o processo assim como um adulto, passando pelas delegacias, presídios e penitenciárias.

1. Texto de apoio

Entendemos que a aprovação desta nova redação constitui um retrocesso cívico brasileiro acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes que, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tornou-se um marco histórico em benefício de toda a sociedade ao contemplar a proteção da criança e do adolescente e reconhecê-los enquanto um sujeito de direito.

Atualmente, a população carcerária é formada em sua maioria (80%) por jovens, com idade entre 18 e 29 anos, inseridos em um sistema penitenciário precário, superlotado, falido e que não consegue cumprir sua missão. Ao invés de cumprir de maneira a garantir um processo de ressocialização, ou seja, garantir condições de vida plena, assim como propõe o projeto do Reino: “Eu vim para que todos tenham vida” (Jo 10,10).

É importante levar em consideração o que afirma o artigo quarto do Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA): “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Sendo assim, a redução da idade de responsabilização penal seria uma espécie de atestado de incompetência do país em efetivar os direitos, uma vez que as estatísticas nos dizem que os/as adolescentes autores/as de atos infracionais são aqueles/as que têm menor acesso

aos direitos sociais, como lazer, esporte, cultura, trabalho, profissionalização, educação de qualidade, saúde adequada, entre outros. Soma-se ainda a este perfil o fato de que a maioria é oriunda das periferias e negros/as.

Motivos para dizer não à redução da maioridade penal

1 – Porque é tarefa de toda a sociedade enfrentar e encontrar respostas humanitárias para seus problemas, assim como criar condições para um tratamento PRIORITÁRIO e ABSOLUTO na proteção, na escuta, no respeito e no cuidado com crianças, adolescentes e jovens, para a construção da Sociedade do Bem Viver.

2 – Porque acreditamos que os/as adolescentes e jovens são sujeitos de direitos que estão em formação e construção de seus projetos de vida e, portanto, merecem ser cuidados/as, acolhidos/as e respeitados/as.

3 – Porque sabemos que nenhuma experiência de vida no sistema penitenciário pode contribuir para o processo de reeducação e reintegração dos/as jovens na sociedade.

4 – Porque o/a adolescente demanda um tratamento diferenciado, com especial enfoque para sua orientação e efetiva recuperação, que somente por ser obtida em instituição própria, em que exista uma proposta pedagógica séria e definida de acordo com as orientações do Estatuto da Criança e do/a Adolescente.

5 – Porque a vida dos/as adolescentes e jovens do Brasil é marcada por relações de violência (físicas e estruturais) e pela ineficiência de políticas públicas no campo dos direitos (educação, lazer, cultura, trabalho e saúde...), que são garantias para uma vida segura.

6 – Porque o sistema penitenciário brasileiro não tem cumprido sua função social de controle, inserção e reeducação e, ao contrário, tem se mostrado uma escola do crime, pois apenas 18% dos/as agentes da

violência desenvolvem alguma atividade educativa e 72% vivem em total ociosidade.

7 – Porque a desigualdade social é uma das principais causas da violência. O Brasil ocupa a 84ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano, entre 169 países pesquisados, com a pior colocação da América Latina (dados de 2011).

8 – Porque não desejamos criminalizar a pobreza, já que a maioria da população carcerária no Brasil é formada por empobrecidos/as. Dos/as encarcerados/as, 95% são absolutamente pobres, 89% nunca tiveram emprego fixo ou atividade produtiva, 70% deles/as não completaram o ensino fundamental e 10,5% são analfabetos/as.

2. Sugestão de dinâmica

Tipos de violência

- A) Apagam-se as luzes do espaço onde o grupo esta reunido. Alguns jovens (já preparados/as anteriormente), com lanternas nas mãos, as acendem aomesmo tempo. Depois, esses jovens (um por vez), leem uma manchete de jornais, revistas ou sites, sobre violência (dados da violência envolvendo jovens). De acordo em que a notícia é lida, apaga-se a lanterna (se for durante o dia pode-se usar uma vela). Depois de uns instantes em silêncio, coloca-se a música “Não é sério”.
- B) Em pequenos grupos, conversar:
 - a. 1º momento: O que essas notícias provocaram em mim? Que sentimentos a música provocou?
 - b. 2º momento: O que é a violência? Todas as violências são iguais? Após a conversa o/a animador/a da atividade fala sobre os tipos de violência que existem (pode ser colocado em cartazes).

Tipos de violência:

- *Violência física: homicídios, brigas, estupros, etc.;*
- *Violência psicológica: piadas preconceituosas, assédios, ameaças, chantagens, etc.;*
- *Violência simbólica: desrespeito às diversas culturas específicas como indígenas, quilombolas; desvalorização das pessoas por serem negras, ou indígenas, gays ou lésbicas, portador de deficiência, pobres, etc.*

C) A partir da reflexão da dinâmica, os participantes dialogam (pequenos grupos) sobre o porquê da necessidade de afirmar que a juventude quer viver? Como podem fazer este grito ecoar em sua realidade, na comunidade, bairro, escola?

3. Sugestão bíblica

- Mt 25, 34-40

Jesus anuncia o Reino como uma realidade concreta de uma vida melhor, pautada na promoção da vida e na inserção da pessoa no convívio social. Assim, podemos perceber que o que entendemos hoje por “direitos sociais” também foi uma “bandeira” de Jesus.

4. Para conversar no grupo

- Quem são os/as jovens mais afetados/as por este projeto que tramita no Congresso?
- Podemos relacionar este projeto ao extermínio dos/das jovens?
- Como podemos acompanhar estas discussões?

5. Sugestões de músicas:

Não é Sério (Charlie Brown Jr.)

Refrão

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério

O jovem no Brasil nunca é levado a sério (3x)

Sempre quis falar

Nunca tive chance

Tudo que eu queria

Estava fora do meu alcance

Sim, já

Já faz um tempo

Mas eu gosto de lembrar

Cada um, cada um

Cada lugar, um lugar

Eu sei como é difícil

Eu sei como é difícil acreditar

Mas essa porra um dia vai mudar

Se não mudar, prá onde vou...

Não cansado de tentar de novo

Passa a bola, eu jogo o jogo

Refrão

A polícia diz que já causei muito distúrbio

O repórter quer saber porque eu me drogo

O que é que eu uso

Eu também senti a dor

E disso tudo eu fiz a rima

Agora tô por conta

Pode crer que eu tô no clima
Eu tô no clima.... segue a rima

Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua vida você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Também sou rimador, também sou da banca
Aperta muito forte que fica tudo a pampa

Eu tô no clima! Eu tô no clima ! Eu tô no clima.
Segue a Rima!

Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já
Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar
Mas essa porra um dia vai mudar
Se não mudar, prá onde vou...
Não cansado de tentar de novo
Passa a bola, eu jogo o jogo.

A juventude quer viver (Wesley, PC, Jennifer, Jorge e Graça)

A juventude quer viver...

Na luta contra o extermínio e a favor da vida

A juventude quer viver... (2x) (é pela vida, a favor da vida)

Não sou o seu futuro, Somos todos o Agora,
Não quero ser mais um, eu quero é ver na história.
O meu protagonismo somado com o seu
E um outro mundo que é possível. Aconteceu!

Sujeito de direito, sou assim como você.
Quero minha singularidade, você vai ver.
Não julgue, não critique, deixe eu me mostrar
E com muita supressa você vai se encantar.

Me dizem que Eu posso mudar a sociedade.
Mas quando eu me revelo, não falam a verdade.
Eu quero é mais trabalho, saúde e educação.
E ter minha igualdade perante a Nação

Meu corpo não é objeto, eu tenho a noção.
E digo não ao consumismo que aumenta a erosão
Respeito minha vida e a do meu país
A terra, o vento a água eu quero é ser feliz.

Sou jovem e sou pobre sou negra e sou feliz
Às vezes também choro, assim é que eu me fiz.
Assumo o compromisso. Eu quero ser melhor

Mas, **NÃO ACEITO A MORTE, E O EXTERMÍNIO**, eu digo: (Eu quero vida!)

Escutem o que eu digo, vamos participar,
Um: **Não** - a violência, você pode falar,
É com a gratidão que vamos revelar
Que a paz vence a ilusão da morte nos calar.

Eu penso, Eu sonho, eu vivo e às vezes perco a fé.
Até acho que é o fim, mas não dobro e fico em pé.
Eu olho para trás e vejo o que consegui.
E volto a lutar pelo o que é melhor pra mim.

Formar, e educar, superar e acolher,
Lutar em prol da vida aqui vamos viver,
Em meio a essa guerra somos todos mais que irmãos.
Já temos a nossa tela pra pintar essa Nação. (a consciência)

6. Sugestões de Filmes/vídeos

Falcão, meninos do tráfico

Filme que conta a história de garotos de várias idades, porém menores de 18 anos, que vivem em comunidades pobres pelo Brasil, este documentário mostra a realidade desses jovens junto ao tráfico de drogas.

Show de bola

Produção que retrata a vida de um jovem confrontado com a violência existente na favela em que vive, vendo como única saída se tornar um

jogador de futebol e, desta forma, ajudar sua família a ter uma vida melhor.

Ônibus 174

Filme que apresenta uma investigação cuidadosa, baseada em imagens de arquivo, entrevistas e documentos oficiais, sobre o sequestro de um ônibus em plena zona sul do Rio de Janeiro.

Campanha Nacional contra a violência e o extermínio de jovens

Vídeo de divulgação e apresentação da Campanha, produzido pelo Rali de Comunicação - Trilha Cidadã em São Leopoldo/RS, durante o Fórum Social Mundial 2010.

www.youtube.com/watch?v=dzTXNtJPaTM

7. Sugestões de leitura

“Diversidade, vida segura e direitos humanos”, *in* Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em proposta de políticas de juventude.

Declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil contra a Redução da Maioridade Penal

www.cnbb.org.br/site/eventos/assembleia-geral/1867-cnbb-reafirmacao-contraria-a-reducao-da-maioridade-penal

Como nascem as propostas de redução da idade penal - Felipe Freitas

www.casadajuventude.org.br/index.php?option=content&task=view&id=1727&Itemid=0



Anexos

I. Links úteis para aprofundamento da SdC:

Campanha Nacional contra a violência e extermínio de jovens

- juventudeemmarcha.org

Secretaria Nacional de Juventude

- www.juventude.gov.br

Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)

- <http://www.juventude.gov.br/conjuve>

Programa Juventude Viva

- www.juventude.gov.br/juventudeviva

Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

- www.sepir.df.gov.br

Secretaria de Direitos Humanos

- portal.sdh.gov.br ou www.direitoshumanos.gov.br

Pastoral Carcerária

- www.carceraria.org.br

Mapa da violência

- www.mapadaviolencia.org.br

Rede de Educação Cidadã (RECID)

- www.recid.org.br

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

- www.ibase.br

Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência

- www.redecontraviolencia.org

2. Porque recusar a Redução da Maioridade Penal

Patrícia Otoni

Tramitam na Câmara dos Deputados vários projetos que buscam reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos. De início, vale ressaltar que a Constituição Federal, em vigor, no Art. 228 dispõe que são plenamente inimputáveis os menores de 18 anos. Esta determinação constitucional é considerada por muitos juristas como cláusula pétrea, e só pode ser alterada por nova Assembleia Constituinte. Assim, tais projetos são considerados inconstitucionais.

Mas vamos partir da hipótese de ser possível tal Emenda Constitucional: há ou não necessidade de diminuir a maioria penal?

O primeiro equívoco por trás desse debate é supor que o menor que infringe a lei não é punido. Isso não é verdade. A Constituição Federal de 1988 considera os menores de 18 anos inimputáveis quanto ao Código Penal, mas os sujeita a legislação especial: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê seis tipos de medidas socioeducativas para os adolescentes – da advertência à internação, com privação de liberdade por um período máximo de três anos. Não há no Estatuto um sistema de impunidade. Pode-se dizer que, na realidade, são inimputáveis só os menores de 12 anos, pois entre 12 e 18 anos as punições estão previstas pelo ECA e uma vez que infrinjam a lei estarão sujeitos à medidas socioeducativas.

Afirma-se que a internação de três anos é pouco e que as penas do ECA são muito brandas. Mas para alguém de 15 anos que fique preso até 18 anos, isto significou um sexto de sua vida. Branda? Se um menor de 12 anos de idade mata seu semelhante, pode ser internado provisoriamente pelo prazo de 45 dias, internação esta que não passa de uma prisão. Sendo semelhante à prisão temporária do adulto, com a

ressalva de que esta não pode ser superior a 10 dias.

O menor responde pelo procedimento, com assistência de advogado, indicação de testemunhas, senta no banco dos réus, participa do julgamento – em tudo igual ao maior de 18 anos, mas tendo apenas 12 anos. Não é só: se for condenado, terá que cumprir pena de internação – que não passa de prisão – em estabelecimento educacional – na verdade presídio de menores – pelo prazo máximo de três anos.

É verdade que ao criar as medidas socioeducativas, o legislador tentou dar um tratamento diferenciado aos menores, mas foi por ter reconhecido neles a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. É comum em adolescentes que períodos de serenidade suceder-se a outros de extrema fragilidade emocional e com demonstração frequente de instabilidade... Sentem-se imortais, fortes, capazes de tudo... As emoções são contraditórias. Deprimem-se com fragilidade, passam de um estado meditativo e infeliz para outro de plena euforia. Somem-se a isso muitas influências negativas do meio familiar e social. Assim, o adolescente deve receber um tratamento legal diferenciado.

Outro equívoco é o de que nossa juventude está cada vez mais violenta. Dos crimes praticados no país só 10% são cometidos por adolescente. Apenas 1,09% dos jovens têm participação nos crimes mais violentos. Apesar de serem os jovens a principal vítima da violência. Destarte, caso fosse adotada, a redução da maioria penal traria um impacto extremamente reduzido no que se refere à redução da criminalidade.

Os números se elevam apenas nos casos de tráfico de drogas (12,08%) e porte ilegal de armas (14,8%). É um erro, porém, o argumento de que a redução deve acontecer porque os menores são usados pelo crime organizado para acobertar as suas ações.

Em estudo da Organização Internacional do Trabalho concluiu que 15% dos jovens que trabalham no tráfico têm entre 13 e 14 anos. O

que faz supor que não haveria dificuldade em aliciar crianças cada vez menores, a cada redução proposta na maioria penal. Reduza para 16 anos e os traficantes recrutarão os de 14, reduza para 14 e na manhã seguinte os de 13 estarão aliciados como soldados do tráfico. Assim, rebaixar a idade penal equivale a jogar no mundo do crime crianças cada vez mais jovens.

Das 57 legislações analisadas, apenas 17% adotam a maioria penal menor do que 18 anos. O movimento dos países é justamente o contrário: a Alemanha fez retornar a idade penal para 18 anos e criou, inclusive uma sistemática diferenciada para o tratamento de infratores entre 18 e 21 anos. O Japão, ao se surpreender com o súbito aumento da criminalidade entre jovens, ampliou a maioria penal para 20 anos, por entender que é com educação que se previne à violência.

Diminuir a idade penal implica estar na contracorrente da maioria dos países desenvolvidos. E mais, significa lançar adolescentes em prisões abarrotadas e dominadas pelo crime organizado. A verdade é que o ECA não foi completamente implantado, porque onde isso aconteceu os índices de reincidência caíram. Suas sanções se tornaram verdadeiros castigos, que revoltam os menores e não recuperam ninguém, a exemplo do que ocorre no sistema penitenciário adotado para adultos. O melhor caminho é colocar em prática o Estatuto reeducando e recolocando os mesmos na sociedade.

Não se pode permitir que o Estatuto, que não cumpre suas políticas sociais básicas; as famílias, que não têm estrutura e abandonam a criança; os pais que descumprem os deveres do pátrio poder; e a sociedade, que não exige do Poder Público a execução de políticas públicas sociais, cubram suas falhas exigindo a redução da maioria penal.

Baixar a maioria penal é criminalizar o jovem mais cedo

ainda, incluindo-o no cenário que já se conhece: prisões superlotadas e ineficazes em suas propostas. A efetivação desse projeto de lei, além de inconstitucional, não traduz interesse e benéfico para a maioria da população: sua legitimação é uma farsa e seus efeitos irão recair sobre a classe pobre cada vez mais excluída do cenário social.

3. Cordel sobre a Maioridade Penal

Maria das Graças Figueiredo da Silva)

1. Eu vou contar uma história,

Tenho eu muita razão:

O que puxo na memória.

Tá na constituição

Temos todos o direito.

De ser tratados sem preconceito

de idade, classe ou opção.

2. Sonho, mais um sonho impossível.

Porque essa lógica é de cão

Vivo numa sociedade

Que julga sem apelação

E com a desculpa de ser justo

Usa todos os recursos

Pra influenciar a nação.

3. Ao mudar a legislação

De dezoito pra dezesseis

Legitima a exclusão

Daqueles que não tem vez

Só aumenta a violência

E nada de eficiência

Para garantir a “VIDA COMO LEI”.

4. Querem procurar Culpados?

Que tal melhorar a educação.

Ao invés de cultivar subordinados

Favorece a participação.

Pois é com a democracia,

Trabalho, saúde e família.

Que se constrói um sujeito cidadão.

5. Digo com muita firmeza

Não à redução penal.

Não trata com profundeza

É só circunstancial

Vamos com arte e destreza

Com muita raça e beleza

Vencer a lógica imoral.

4. O Analfabeto Político

(Bertolt Brecht)

O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve,

não fala,

nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe o custo de vida,

o preço do feijão,

do peixe,

da farinha,

do aluguel,
do sapato
e do remédio
dependem das decisões políticas.
O analfabeto político é tão burro
que se orgulha e estufa o peito
dizendo que odeia a política.
Não sabe o imbecil que,
da sua ignorância política,
nasce a prostituta,
o menor abandonado,
e o pior de todos os bandidos,
que é o político vigarista,
pilantra,
corrupto e
lacaio das empresas nacionais
e multinacionais.

5. O Reino

(Celso Emílio Ferreira)

Naquele tempo
quando os animais falavam,
dizer liberdade não era triste,
dizer verdade era como um rio,
dizer amor,

dizer amigo,
era como nomear a primavera.
Ninguém conhecia ultrajes.
Quando os animais falavam
os homens cantavam nos crepúsculos
pombas de luz pintassilgos de sonhos.
Dizer teu e meu, não se entendia,
dizer espada, estava proibido,
dizer prisão era uma palavra sem sentido, um ar
que fazia mal no coração da gente.
Quando, quando se perdeu
Este grande Reino?

Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude - CNBB

SES Q 801 Conj. B CEP 70410-900 | Brasília - DF

Tel: (61) 2103-8341

juventude2@cnbb.org.br | www.jovensconectados.org.br

Pastoral da Juventude Rural

secretariapjrbrasil@gmail.com

<http://pastoraldajuventuderural-pjr.blogspot.com> | www.pjr.org.br

Twitter: @PJR_Brasil

Facebook: Pastoral da Juventude Rural e P Juventude Rural

Pastoral da Juventude do Meio Popular

pjmpcomunica@gmail.com

www.pjmp.org

Twitter: @pjmpnacional

Facebook: PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular

Pastoral da Juventude Estudantil

secretaria@pjebr.org

www.pjebr.org

Twitter: @pjebr

Facebook: Pastoral da Juventude Estudantil

Pastoral da Juventude

secretarianacional@pj.org.br

www.pj.org.br

Twitter: @pjnacional

Facebook: Pastoral da Juventude e Pj Nacional

Projeto de Revitalização da Pastoral da Juventude Latino-Americana

www.pjlatino.redejuventude.org.br

Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude

www.redejuventude.org.br

CAJU - Casa da Juventude Pe. Burnier

11ª Avenida, 953 - Cx. Postal 944, Setor Universitário

CEP: 74605-060 - Goiânia/GO.

Fone: (62) 4009-0339 - Fax: (62) 4009-0315

caju@casadajuventude.org.br

www.casadajuventude.org.br

CCJ - Centro de Capacitação da Juventude

Rua Bispo Eugênio Demazenod, 463-A, V. Alpina

CEP: 03206-040 - São Paulo/SP

Fone/fax: (11) 2917-1425

ccj@ccj.br

www.ccj.org.br

Centro de Juventude Anchietaum

Rua Apinagés, 2033, Sumarezinho

CEP: 01258-001 - São Paulo/SP

Fone: (11) 3862-0342

secretaria@anchietanum.com.br

www.anchietanum.com.br

Centro Marista de Juventude - Belo Horizonte/MG

Rua Lavras, 225 – São Pedro CEP: 30330-010 - Belo Horizonte/MG

Fone: (31) 3261-1581

cmjhbh@marista.edu.br

www.cmpbh.com.br

Centro Marista de Juventude - Montes Claros/ MG

Rua Pe. Champagnat, 81, Roxo Verde

CEP: 39400-367 - Montes Claros/MG

Fone: (38) 3223-6621

cmjmoc@marista.edu.br

Centro Marista de Juventude - Natal/ RN

Rua José de Alencar, 809, Cidade Alta

CEP: 59025-140 - Natal/RN

Fone: (84) 3221-2298

cmj.natal@marista.edu.br

Centro Marista de Juventude - Palmas/TO

504 Sul, Alameda 9, Lote 9

CEP: 77130-400 - Palmas/TO

Fone: (63) 3214-5878

cmjpalmas@marista.edu.br

Centro Popular de Formação da Juventude - Vida e Juventude

SDS Ed. Miguel Badya, Bl. L, nº 30, Salas 217/219

CEP: 70394-901 – Brasília/DF

Fone: (61) 3323-1954 / 3224-4717

vidaejuventude@gmail.com

www.vidaejuventude.org.br

Instituto de Formação Juvenil do Maranhão

Praça Gonçalves Dias, 288, Centro

CEP: 65060-240 - São Luís/MA

Fone: (98) 3221-1841

ifjuvenil_ma@yahoo.com.br

Instituto de Juventude Contemporânea

Rua Castro e Silva, 121, Ed. Oriente, salas 400 e 401 – Centro

CEP: 60030-010 – Fortaleza/CE

Fone: (85) 3247-7089

ijc@ijc.org.br

www.ijc.org.br

Instituto de Pastoral de Juventude Leste 2

Rua São Paulo, 818, 12º andar, sala 1203

CEP: 30170-131 - Belo Horizonte/MG

Fones: (31) 2515-5756 - Fax: (31) 2515-5453

ipjlesteii@yahoo.com.br

www.ipjleste2.org.br

Instituto Paulista de Juventude

Rua Antônio Cariá, 17 – 1ª andar - Guaianazes

CEP: 08450-010 - São Paulo/SP

Fones: (11) 9826-8213/ 8176-5707

institutopaulistadejuventude@yahoo.com.br

www.ipejota.org.br

Trilha Cidadã

Rua Rio Paraguaçu, 220, Bairro Arroio da Manteiga

CEP: 93145-580 - São Leopoldo/RS

Fone/Fax: (51) 3568-7451

trilhacidada@trilhacidada.org.br

www.trilhacidada.org.br

Realização: Pastorais da Juventude do Brasil



Pastoral da Juventude do Meio Popular



Apoio:

